

PATRIMÔNIO

Encontro de Joaquim Roriz com o ministro Francisco Weffort faz Iphan permitir invasão de área pública nas comerciais do Plano Piloto

Beto Barata



WEFFORT ANUNCIA EM REUNIÃO COM AUTORIDADES DO GDF A LIBERAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DAS BAIAS NO PARQUE E A PERMISSÃO DE OBRAS NAS COMERCIAIS

Iphan aprova baias no Parque da Cidade

Alethea Muniz e Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (Iphan), Carlos Henrique Heck, rendeu-se aos argumentos a favor da construção das 90 baias no Parque da Cidade para o Esquadrão do Regimento da Polícia Montada. Até agora a proposta era motivo de polêmica com o Governo do Distrito Federal, que insistia em continuar com as obras mesmo depois dos embargos administrativo e jurídico apresentados pelo Iphan.

“A gente tem que ter a humildade de reconsiderar determinadas posições”, afirmou Heck, em entrevista coletiva no Ministério da Cultura, convocada para esclarecer as declarações do ministro Francisco Weffort ao **Correio**, publicada na última segunda-feira.

Na entrevista, Weffort afirma ter autorizado o Iphan a liberar as obras que até então vinham criando conflito com o GDF. Além da construção das baias, estão na lista a regularização

das áreas invadidas nas comerciais das superquadras do Plano Piloto e a transferência do acampamento da Telebrasília, estabelecido na Avenida das Nações desde 1956 — neste último ponto, porém, não havia contradição entre Iphan e GDF. Ambos são pelo sim e estão decididos a remover as famílias. “Vamos dar opção de moradia àquelas pessoas, não vamos chegar e simplesmente derrubar tudo”, avisa a secretária de Desenvolvimento Urbano, Ivelise Longhi.

Segundo Weffort, o governador Joaquim Roriz lhe pediu que os critérios do Iphan fossem reexaminados nos outros dois casos. E está decidido: as baias serão construídas e as invasões das comerciais serão regularizadas, falta apenas definir quantos metros — se três, quatro ou cinco, como adiantou Weffort ao **Correio**. “Vimos que não tem impacto técnico, porque a área das baias é menor que 0,1% do total do parque”, explicou o ministro da Cultura, que passou cerca de uma hora e meia na noite de ontem reunido com os secretários de Obras, Tadeu Fil-

lipelli; de Cultura, Maria Luiza Dornas; de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi; e com o presidente do Iphan. “Só no diálogo e no entendimento a gente pode preservar o patrimônio”, discursou Weffort. “O fundamental é a segurança da população”, defendeu Heck.

DECISÃO POLÍTICA

Quando questionado se o parecer dos técnicos do Iphan contrariava as obras seria equivocado, Heck foi categórico: “Não, absolutamente”. E por que, então, mudou de ideia? “O Iphan tem que ter a capacidade de dar o seu parecer em movimento constante. Devemos trabalhar com alternativas e propostas dos governos federal e local”. Como se vê, a decisão, no fundo, foi política.

A decisão, no entanto, desagradou muita gente. O procurador da República Alexandre Camanho, responsável pelo Patrimônio Cultural e o Meio Ambiente do Distrito Federal, ficou surpreso com as declarações do ministro da Cultura. “O Iphan

tradicionalmente foi omissivo, mas de uns tempos para cá resolveu assumir seu papel de defesa do patrimônio. E, agora, não sei se será mais nosso aliado”, critica Camanho. “O tombamento federal não é questão de ministro autorizar ou não. Existem regras e quem não cumpri-las responde criminalmente por isso.”

Os usuários do Parque da Cidade não estão contentes com a construção do Esquadrão do Regimento da Polícia Montada. O deputado distrital Chico Floresta (PT) recolheu mais de mil assinaturas contrárias à construção das baias em apenas duas semanas do mês de março. O deputado anexou o abaixo-assinado à ação popular contra a construção das baias a que deu entrada no Tribunal de Justiça do DF. A justificativa é de que a obra desarmoniza a escala bucólica do Parque da Cidade, pensada por Lucio Costa. Tadeu Fillipelli, porém, assumiu o compromisso de trabalhar projeto paisagístico naquela área, que deve estar com as baias prontas em 30 dias.